Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

CADERNO DE ENCARGOS[1]

ÍNDICE

1ª. Objeto 2
2ª. Prazo do contrato 2
3ª. Obrigações principais da entidade adjudicante 2
4ª. Obrigações principais do adjudicatário 2
5ª. Local e condições da prestação de serviços 3
6ª. Transferência de Propriedade 5
7ª. Preço contratual 6
8ª. Condições de pagamento 6
9ª. Proteção de dados pessoais 8
10ª. Penalidades contratuais 9
11ª. Dever de sigilo 10
12ª. Força maior 11
13ª. Resolução por parte da entidade adjudicante 12
14ª. Resolução por parte do adjudicatário 12
15ª. Foro competente 12
16ª. Subcontratação e cessão da posição contratual 12
17ª. Comunicações e notificações 12
18ª. Termos de desempenho ambientais 12
19ª. Execução do contrato 13
20ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato 13
21ª. Legislação aplicável 13
Anexo A – Descrição e especificações da prestação de serviços 14

[1] *Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.*

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

Cláusulas

1ª. Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **a produção de uma curta-metragem promocional sobre o dinamismo económico da cidade do Porto.**

2ª. Prazo do contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de **140 (cento e quarenta) dias** a contar da data da sua assinatura, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3ª. Obrigações principais da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorre para a entidade adjudicante as seguintes obrigações principais:

a. Realizar reuniões periódicas de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos, por etapa;

b. Validação do cumprimento dos entregáveis nos prazos estipulados na cláusula 5ª do presente caderno de encargos.

4ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais, melhor identificadas no Anexo I do Caderno de Encargos:

   a. Executar os serviços identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações constantes no Anexo A do presente Caderno de Encargos;

   b. Definir e entregar o cronograma final até 5 dias após o início do contrato, envolvendo todas as etapas e entregáveis previstos na cláusula 5ª e de acordo com os prazos máximos estabelecidos.

2. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência, para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem

prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.

4. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, nomeadamente: Realizador/DOP, Produtor, Assistente de Imagem, Técnico de áudio, Maquilhador e Editor ou Colorista, e os meios materiais (equipamento profissional de cinema) e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

5. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

5ª. Local e condições da prestação de serviços

1. A prestação de serviços objeto do contrato será desenvolvida remotamente, em todos os dias úteis, entre as 9:00 e as 18:00 horas, ou em outro horário/local que venha a ser acordado entre as partes em sede de execução do contrato.

2. Excetuam-se do ponto anterior as reuniões presenciais que venham a ser necessárias para a concretização dos trabalhos, sempre que solicitado pela entidade adjudicante de acordo número 10 da presente cláusula.

3. A prestação dos serviços deverá cumprir com as etapas e o envio dos entregáveis abaixo mencionados, em conformidade com as especificações fixadas no *Anexo A* do presente caderno de encargos:

Etapas*

Denominação	Descrição	Entregáveis	Prazo para conclusão das etapas e para o envio dos entregáveis (nº dias máximo)
Etapa 1: Pesquisa, inspiração e pré-produção	Nesta etapa, é pretendido que a entidade adjudicante recolha ideias, inspiração criativa e referências estéticas (e.g.: longas e curtas-metragens de cinema, spots publicitários, videoclips, filmes análogos de cidades mundiais), criando uma memória descritiva e um *moodboard* ou *storyboard* da curta-metragem.	A. Memória descritiva da curta-metragem; B. *Moodboard* ou *storyboard;* C. Documento de referências estéticas e inspiração criativa; D. Cronograma de rodagem.	**Até 30 dias** a contar da data de início do contrato
Etapa 2: Produção (filmagem ou rodagem)	A produção e filmagem ocorrerá nesta etapa. Entrega da sinopse da curta-metragem (redigida em duas versões diferentes).	E. Sinopse da curta-metragem.	**Até 80 dias** a contar da data de início do contrato
Etapa 3: Pós-produção	A terceira etapa culminará com a entrega do filme final (com e sem a respetiva legendagem original) e de dois vídeos *teasers* (mínimo 2) que resumem a curta-metragem, motivando a audiência a assistir à versão completa.	F. Filme curta-metragem em versão final (com e sem legendagem) em vários formatos que permitam reprodução em 4K e 1080p; G. *Teasers* e/ou *trailer*; H. Transcrição dos filmes (entregáveis E e F) em documento de texto.	**Até 90 dias** a contar da data de início do contrato
Etapa 4: Divulgação	Por fim, a última etapa diz respeito às atividades referentes à divulgação do filme, incluindo o documento de recomendações de concurso a festivais, prémios e competições internacionais de cinema e a preparação da submissão aos mesmos, tendo em consideração o filme realizado e os objetivos da mensagem a transmitir.	I. Documento com identificação de festivais, prémios e competições internacionais de cinema; J. Relatório-síntese (aprox. 10 pág.) da prestação de serviços, sistematizando as principais atividades por etapa e um cronograma de produção.	**Até 130 dias** a contar da data de início do contrato

* As quatro etapas (1-4) permitem a sobreposição, poderão assim ocorrer simultaneamente

4. Todos os entregáveis e restante documentação resultante da prestação do serviço, devem ser analisados e validados pela entidade adjudicante, no prazo máximo de 10 dias após a sua entrega, considerando-se aceites se não houver qualquer pronúncia em contrário até ao final desse prazo.

5. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.

6. O adjudicatário dispõe de um prazo máximo de 10 dias, a contar da comunicação efetuada pela entidade adjudicante, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias aos entregáveis e restante documentação resultante da prestação do serviço.

7. Todos entregáveis e restante documentação resultante da prestação do serviço, produzidos durante as etapas devem ser disponibilizados em formato digital (Excel,Pdf. ou outro se aplicável) e enviado para os seguintes endereços eletrónicos/responsáveis: giee@cm-porto.pt, com conhecimento do endereço eletrónico goncalobarbosa@cm-porto.pt (gestor do contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito).

8. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico (pen drive, disco rígido) ou ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

9. Em sede de execução do contrato poderão ser acordados outros prazos e datas de entrega dos documentos/entregáveis referenciados no número 3 da presente cláusula, mediante acordo entre as partes e desde que não seja prejudicada a execução das etapas subsequentes, garantindo que o prazo máximo de vigência do contrato não é ultrapassado.

10. Para o acompanhamento da execução do contrato e acompanhamento do projeto, o adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar, nomeadamente no final de cada etapa descrita no Anexo A e na presente cláusula, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante,

6ª. Transferência de Propriedade

1. Com a entrega da produção, entregáveis e restante documentação resultante da prestação de serviços objeto deste contrato, com exceção da banda sonora e/ou música original, ocorre a transferência da posse e da propriedade, assim como dos direitos de utilização para a entidade adjudicante.

2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

3. O adjudicatário autoriza expressamente a adaptação da produção, entregáveis e restante documentação e restantes documentos previstos no número 1, desde que tal se manifeste indispensável.

7ª. Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário **o preço constante da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a 26.000,00 €**, no prazo máximo de vigência admitido (sem IVA).

3. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas Etapas de execução do Contrato, nos seguintes termos:

   a. **Pela Etapa 1** - que corresponde à Pesquisa, inspiração e pré-produção- **30% do preço contratual**, valor sem IVA;

   b. **Pelas Etapas 2 e 3** – que correspondem à Produção (filmagem ou rodagem) e Pós-produção -, **60% do preço contratual**, valor sem IVA;

   c. **Pela Etapa 4** – que corresponde à Divulgação - **10% do preço contratual**, valor sem IVA.

4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

8ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias[2] após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA[3] e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas

[2] *Excecionalmente o prazo, se fixado no contrato (CE) e desde que seja objetivamente justificado pela natureza particular ou pelas características do contrato, poderá ser elevado até 60 dias, não podendo em caso algum exceder este prazo (cf. n.º 3 do art.º 5.º, do DL n.º 62/2013, de 10 de Maio).*
[3] *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.*

pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA[4], aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.

2. Para efeitos do número anterior as obrigações consideram-se vencidas de acordo com o referido no número 3 da cláusula anterior.

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 PORTO – Departamento Municipal de Economia,** com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.

5. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

6. Nos termos do artigo 9.º n.^{os} 3 e 4 do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no referido artigo 299.º-B do CCP, prazo esse alargado até 30 de junho de 2021 para as pequenas e médias empresas[5] e até 31 de dezembro de 2021 para as microempresas, definidas nos termos da Diário da República, 1.ª série www.dre.pt N.º 69, de 7 de abril de 2020 Pág. 11-(3) Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.

7. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido à faturação eletrónica[6], nos termos e prazos definidos no número anterior, as faturas devem ser enviadas digitalmente, para o seguinte endereço de correio eletrónico: **mporto@cm-porto.pt**

8. Excecionalmente, caso não seja possível a utilização de correio eletrónico, as faturas poderão ser enviadas para o seguinte endereço postal: Apartado 4053, 4000-101 Porto.

---

[4] *Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.*

[5] *De acordo com o artigo 2º da Recomendação nº 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros; na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; e na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.*

[6] *Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos seus fornecedores, o Município do Porto contratualizou um serviço de apoio, que poderá ser solicitado através do seguinte endereço de correio eletrónico: fornecedores.saphety@saphtey.com*

9. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.

10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.os 1,2 e 4, as faturas são pagas através de transferência bancária.

9ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

   a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;

   b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;

   c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);

   d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;

   e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:

      i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

      ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;

      iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;

      iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.

   f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;

g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;

h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;

i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;

j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

10ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

   a. Pelo incumprimento dos prazos constantes na cláusula 5º do presente caderno de encargos, até 0,5% do preço total contratual, por cada dia de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário;

   b. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 5% do preço contratual;

   c. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de

uma sanção pecuniária até 0,5.% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 77 da presente cláusula.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.

3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a), b) e c) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

7. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na alínea c) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

11ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

[7] Adequar o n.º da alínea após conclusão da cláusula, porquanto a alínea poderá ter sido renumerada.

4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

12ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
   e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

13ª.Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

14ª.Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

15ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

16ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo adjudicatário depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º- A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

17ª.Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

18ª.Termos de desempenho ambientais

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.

2. O adjudicatário deve ainda garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

19ª. Execução do contrato

Os serviços serão executados mediante requisição da entidade adjudicante.

20ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega:
   a. A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos.
   b. A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas 4ª e 5.ª do presente caderno de encargos.

21ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

Anexo A – Descrição e especificações da prestação de serviços

Âmbito

i. O filme ou curta-metragem de cariz documental que se pretende realizar para a promoção do dinamismo económico da cidade do Porto, particularmente no contexto da recente crise socioeconómica, deverá ter um foco primordial nas pessoas e transmitir uma mensagem otimista e resiliente, bem como deixar transparecer os valores que caracterizam e diferenciam globalmente a cidade, os portuenses e, a uma escala mais alargada, os portugueses. Alguns dos valores que importa transmitir são: o carácter invencível e invicto do Porto; o talento que é criado, desenvolvido e retido na cidade; o Porto como destino turístico, académico, científico, de negócios e para viver; a sofisticação e modernidade numa marca Porto renovada e que acompanha os tempos contemporâneos.

ii. O propósito é explorar as características específicas e autênticas do Porto, tais como a sua pronúncia, a gastronomia típica, a história de resiliência, o sentido de pertença, o bairrismo, a arquitetura, o património, a academia, a tecnologia, a paixão pelo futebol e o desporto e a riqueza de geografias e paisagem. Procura-se criar uma visão otimista da cidade através daquelas pessoas que gostam verdadeiramente de viver no Porto, as que nasceram cá e cá ficaram, mas também aquelas que escolheram o Porto como a sua casa.

iii. O filme irá conter depoimentos ou estórias de pessoas da cidade (mínimo 8 personagens intervenientes) - os seus habitantes mais antigos, os mais recentes, portugueses, estrangeiros, turistas, estudantes, habitantes de estratos sociais, faixas etárias, vivências e áreas de trabalho distintas. É pretendido comunicar as histórias de pessoas distintas entre si, mas que partilham algo em comum, a paixão de viver e "sentir o Porto".

iv. No que respeita à calendarização e ao local das filmagens, estas devem garantir a maior variedade possível de estados do tempo (ensolarado, nublado, neblina, pluviosidade), modos de mobilidade e locais da cidade. O objetivo é, deste modo, a criação de um filme que retrate o Porto com maior representatividade geográfica possível (com filmagens nas várias (sete) freguesias do concelho).

v. Por conseguinte, o resultado final abordará tópicos que apelem à emoção, que respondam a questões de ambições futuras, do entendimento sobre o que é qualidade de vida e encontrar elos de ligação dos entrevistados entre si e individualmente com a cidade. O filme terá especial enfoque na economia e sua humanização, assegurando que o filme final seja vanguardista e criativo, escapando aos clichés e lugares-comuns de linguagem que geralmente este tipo de filmes transmite e reservando-se de mencionar literalmente o nome da cidade. Importa com a divulgação assegurar a iniciativa disruptiva do Município do Porto com a realização deste filme, contribuindo positivamente para o seu posicionamento, credibilidade e reputação. A curta-metragem será sobretudo uma obra

cinematográfica e não somente um vídeo comercial, que permita, pela sua qualidade e originalidade, participar em festivais do meio e concorrer a competições nacionais e internacionais de cinema.

Estruturação da prestação de serviços

A prestação de serviços será operacionalizada de acordo com as seguintes 4 (quatro) etapas, conforme descrito na cláusula detalhadas infra:

1. **Etapa:** Pesquisa, Inspiração e Pré-produção
2. **Etapa:** Produção (filmagem ou rodagem)
3. **Etapa:** Pós-produção
4. **Etapa:** Divulgação

1. **Etapa: <u>Pesquisa e inspiração e Pré-produção</u>**

A etapa inicial pressupõe:

- Desenvolvimento da ideia, dos valores a transmitir, o tom da narração, personagens-tipo a retratar;
- Análise de boas práticas, inspiração e benchmark de cidades mundiais exemplos de realização, promoção e divulgação de filmes semelhantes;
- Construção e desenvolvimento de guião de texto (argumento) e de guião visual storyboard, a validar pela entidade adjudicante;
- Contacto com os entrevistados/personagens intervenientes;
- Desenvolvimento do plano de trabalho e plano de rodagem (local, data, meios necessários).

2. **Etapa: <u>Produção</u>**

- Filmagem com a <u>duração mínima de 20 dias;</u>
- Equipamento profissional de cinema (imagem e som);
- Coordenação de meios humanos e físicos para o resultado profissional (a título de exemplo: imagem, sonoplastia, cinematografia, guarda roupa, direção de atores);
- Durante a etapa de produção, todas as despesas relacionadas com alimentação, representação, alojamento e deslocações, assim como seguros vários, devem ser asseguradas pelo adjudicatário;
- Elaboração de <u>sinopse final em duas versões</u>.

3. Etapa: Pós-produção

- Edição, produção e disponibilização do filme curta-metragem de 15 a 30 minutos no total;
- Edição de versão resumida/síntese de, no mínimo, dois (2) vídeos *trailer/teaser* da curta-metragem;
- Inclusão de grafismos e *motion graphics;*
- Inclusão de banda sonora original;
- Pós-produção áudio, vídeo, correção de cor e som;
- Transcrição do discurso dos personagens, voz-off e narração no idioma original;
- Tradução da transcrição para, no mínimo, língua portuguesa e inglesa.

4. Etapa: Divulgação

- Carregamento (*upload*) do filme e *teasers* nas plataformas online a definir (e.g.: Vimeo e/ou YouTube), incluindo legendagem original da transcrição em Português e Inglês, no mínimo em *qualidade 1080p (preferencialmente 4K)*;
- Relatório-síntese (aprox. 10 pág.) da prestação de serviços, sistematizando as principais atividades por etapa, os meios utilizados e um cronograma de produção;
- Análise dos mais relevantes festivais e meios comunicacionais para a divulgação do filme e submissão do mesmo a festivais, prémios e/ou competições internacionais de cinema, requisitos e valores de inscrição (mínimo 40). Produção de documento com indicação dessa análise e recomendações.